

OS DESAFIOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Fabiana Santos de LIMA¹
Liliane de Oliveira SEVERO²

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a prática educativa vivenciada diariamente no contexto da Educação Especial na inclusão de crianças com necessidades especiais, possibilitando ao educador desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações, com o objetivo de conscientizar e promover reflexões sobre a diferença da ação educativa baseada na afetividade e espontaneidade, contra aquela que é baseada no autoritarismo, nas diferenças e nos resultados. Em tempo, é importante ressaltar que utilizamos como referencial teórico: (AMARAL; AQUINO, 1998); (MANTOAN, 2005); (MENDES, 2004); (VYGOTSKY, 1989); (LDB 9394/96). O resultado esperado desta pesquisa é o de promover uma indicação de mudança de atitudes e de conceituação do que seja a inclusão e o trabalho desenvolvido neste ambiente através de uma reflexão crítica sobre a ação e formação do educador.

Palavras-chave: Inclusão. Educação especial. Formação. Pesquisa.

Abstract

This article aims to reflect on the educational practice experienced daily in the context of the inclusion of preschool children with special needs, enabling the educator to develop a critical eye on his performance and the results of their actions, aiming to raise awareness and promote reflection on the difference in the educational activity based on the warmth and spontaneity, against that which is based on authoritarianism, and the differences in the results. In time, it is important that we use as a theoretical (Amaral; Aquino, 1998), (Mantoan, 2005), (Mendes, 2004), (Vygotsky, 1989), (LDB 9394/96). The expected outcome of this research is to promote an indication of changing attitudes and concepts of what to include and work in this environment through a critical reflection upon the role of educator and your formation.

Keywords: Inclusion. Special education. Formation. Search.

¹ Mestranda em Direitos Humanos Jurídicos. (IVY ENBER CRISTIAN UNIVERSITY).

² Mestra em Letras em Estudos Literários pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

INTRODUÇÃO

Um aspecto marcou a nossa historicidade na educação brasileira, as crianças que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em instituições para deficientes, agora têm o direito garantido por lei (a educação e de frequentar a mesma escola das crianças tidas como “normais”. Assim, crianças que apresentam diferentes déficits, sejam eles temporários ou crônicos, graves ou leves, devem ser inseridos no ensino regular). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, em 1996, assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns.

Por conseguinte, a mesma lei, dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado. Prevêem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns. E o art. 59 contempla a adequada organização do trabalho pedagógico em que os sistemas de ensino devem assegurar a fim de atender as necessidades específicas, assim como professores preparados para o atendimento especializado ou para o ensino regular e capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns.

A presente seção escrita visa explicitar o conjunto geral das ocorrências pertinentes a inclusão da criança na idade compreendida entre 4 a 12 anos, que para tanto exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria crianças deficiente precisa participar ativamente de seu processo de inclusão. Entretanto para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular é preciso criar uma rede de apoio que envolva (todos os atores) ou especialistas como: psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, dentista, e outros. Dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos.

É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos, não só para

os que possuem algum déficit. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social.

A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento, aprendizagem e interação da criança no contexto escolar. Visto que a inclusão não se limita a colocar a criança dentro da escola, é preciso que ela consiga interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças. Salientamos que é essencial a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. E mais importante é que educar é um ato de amor, onde o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos.

E com base nessas premissas iniciais, que buscamos tecer algumas reflexões a partir da pesquisa realizada em uma Escola da cidade de Manaus, mantida pelo poder público estadual, que atende a crianças com necessidades especiais. Para tanto essa pesquisa de caráter qualitativo utilizou como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e observação.

2. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

Entende-se por educação especial a educação dirigida aos portadores de necessidades especiais mental, auditiva, visual, física múltipla e portadores de altas habilidades. A deficiência refere-se à perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa. A incapacidade refere-se à restrição de atividades em decorrência das conseqüências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo e que representam as perturbações ao nível da própria pessoa “desvantagens referem-se à condição social de prejuízo que o indivíduo experimenta devido a sua deficiência e incapacidade, as desvantagens refletem a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio” (AMARAL; AQUINO, 1998, p. 24-25).

No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia uma pessoa ao diferenciá-la diante das demais.

A escola inclusiva deveria ser chamada de escola para todos, pois esta sim está aberta totalmente para que qualquer pessoa possa ter uma educação digna, sem ser necessário estudar em uma “escola especial”, uma escola que abrigue as diferenças e se enriqueça com elas, portanto a inclusão deve ser defendida e investida”.

“Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (MANTOAN, 2005, p. 24-26). A autora Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, e crítica convicta das chamadas escolas especiais, ressalta sempre nas entrevistas, que as grandes lições para professores e alunos, estão na tolerância, respeito e solidariedade, cujas atitudes morais são importantes na busca de uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas realmente sejam iguais perante a lei. Portanto, *o sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem dos alunos (grifo nosso).*

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que é incumbência dos docentes zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Entretanto, promover a inclusão apesar de ser um dever das escolas expresso em lei está bem longe de alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças portadoras de alguma deficiência uma escola acolhedora, de qualidade que supra suas necessidades, pois a estrutura de ensino esta montada para receber um aluno ideal, com suportes padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo. E incluir as crianças da educação infantil, garantindo-lhes o direito a educação, demanda romper paradigmas educacionais vigentes na maioria de nossas escolas.

A educação inclusiva dentro da escola é uma disposição internacional desde o final de século. Porque, considera a escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais, essencialmente. O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança capaz de educar a todas, sem discriminação respeitando suas diferenças, uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas, a suas características e necessidades solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser alcançada por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Para que ocorra de forma satisfatória a inclusão educacional, um dos requisitos deve o professor ser criativo, além de procurar cada vez mais avançar no conhecimento, ampliando seu repertório de ações com recursos para satisfazer as diferentes necessidades que surgem da diversidade de pessoas introduzidas numa sala de aula, visto que nem sempre se torna possível atender as especificidades peculiares a cada aluno seja ele portador ou não de deficiência. Logo, um professor predisposto à docência e que não consegue se acomodar com as coisas prontas e resolvidas, logo ele passa a se incomodar diante de um desafio, de algo que exige dele um maior empenho e compromisso educativo – isso foi manifestado pelos professores contatados para a presente pesquisa.

Diante disso, as autoras Rosana Glat e Edicléia Mascarenhas Fernandes dizem que o que se tem a observar do artigo "Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira", explicam:

Neste contexto é que se descortina o novo campo de atuação da Educação Especial. Não visando importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, mas sim, tornando-se um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos, bem como para seus professores. Como mencionado, a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos.

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, importa sim, uma visão renovada sobre os paradigmas educacionais do que se está ensinando. É preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações, haja vista que, todos são iguais, apenas as dificuldades é que são diferentes. Daniela Alonso, psicopedagoga especialista em Educação inclusiva, destaca a importância da formação inicial e continuada, ambas, estejam conectadas ao cotidiano escolar.

E diante da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é essencial que o professor busque inovar-se, adquirir sempre mais conhecimento, pois todo o conhecimento que viermos a adquirir no dia a dia no contexto da educação inclusiva em sala de aula no atendimento a essas crianças será sempre pouco, porque é necessário que todos os dias nos reciclemos. As atividades realizadas neste tipo de trabalho devem ser abertas e diversificadas, além de flexibilizado para a abordagem em vários níveis de compreensão, entendimento, apropriação e desempenho nessas atividades. Nunca se deve evidenciar ou comparar alunos que possuem habilidades e

potencialidades diferenciadas, o ideal é elogiar e incentivar os aspectos positivos construídos por todos, porém essas atividades podem ser enriquecidas por debates, pesquisas em grupo, registros escritos e falados, dinâmicas, filmes, músicas e vivências grupais.

Os conteúdos deverão ser trabalhados gradualmente sem cobranças e limitações, a avaliação para este ensino deverá ser processual e um dos aspectos a ser observado é o processo dos alunos no tratamento das informações e participação na vida social, devem-se evitar os métodos quantitativos e classificatórios e também trabalhar para que o aluno faça sua auto avaliação, alguns instrumentos poderão ser de grande valia na atuação num ambiente inclusivo: registros diários, portfólio, arquivos de atividades, impressos e reflexões significativas das crianças.

Cabe aqui ressaltar que o processo de ensino-aprendizagem de educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não havendo no ambiente escolar deficiência nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada.

Apresentamos no quadro abaixo alguns destes resultados das práticas pedagógicas:

Quadro 1 – Fatores resultantes de Aprendizagem no processo inclusivo

Estruturar seu autoconhecimento
Desenvolver seu campo perceptivo em relação as coisas
Ampliar a compreensão da realidade e do mundo
Aumentar a linguagem verbal (ampliação do vocabulário)
Adquirir hábitos de bom relacionamento com outras crianças
Conseguir afinidade com materiais pedagógicos e de uso diário
Entender forma, tamanho, quantia, organização, horário (espaço-tempo)
Aprimorar interesses, habilidades, visando futuras atividades
Interpretar e ler palavras, textos, visando à escolarização no futuro.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados fornecidos pelo Movimento de Inclusão Social (MIS/ SP).

Por isto é importante a formação do professor, na capacitação continuada para que se tenha um suporte necessário para modificar práticas retrógradas e reconstruir o ato de ensinar e aprender.

A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente (...). A relação social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental (Vygotsky, 1989, p.109).

De acordo com Vygotsky, como vimos, é possível entender que as limitações nas oportunidades de relacionamento com o portador de deficiência, em seu contexto social, interferem no desenvolvimento das funções mentais superiores (cérebro). A sua exclusão do meio social lhe traz complicações secundárias na forma de um desenvolvimento social insuficiente, com considerável prejuízo na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento. Por isso, a escola, espaço interativo por excelência, tem um importante papel no desenvolvimento, oportunizando a integração social, impulsionando a aprendizagem, criando afetividades de desenvolvimento proximal, propiciando as compensações às deficiências por eles apresentadas.

“A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórico-social, não está consolidado somente nas coisas materiais; está generalizado e reflete-se de forma verbal na linguagem” (Vygotsky, 1989, p.114). Ou seja, o que o autor levar em consideração a produção da linguagem significa estudar o portador de deficiência como sujeito da/na história, sujeito produtor de textos, conseqüentemente, autor da sua palavra, da sua ação.

Nesse sentido, o conhecimento, da educação especial é dialógico, é acontecimento, é encontro. Pois, além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Observa a pesquisadora Daniela Alonso, psicopedagoga especialista em Educação inclusiva que “se dê a importância na formação inicial e continuada e, que estejam conectadas ao cotidiano escolar, afirma”.

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional visando: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe.

3. FORMAÇÃO CONTINUADA: PRÁTICA E EXPERIÊNCIAS DO PROFESSOR

Educar na diversidade exige um direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e a diversidade nas salas de aula. Devem ser considerados dois importantes eixos na formação e atualização dos profissionais: o primeiro refere-se ao conteúdo e o segundo, à forma de desenvolvê-lo.

O programa curricular dos cursos de formação de professores prioriza o estudo das deficiências quanto às suas caracterizações e condições específicas. Esse programa mantém o modelo conhecido da Educação especial, que sobrepõe a formação do especialista à formação do professor comum.

Nos cursos de formação de professores (Licenciatura), deve ser discutida a temática da diferenciação do ensino. Isto porque, na perspectiva da inclusão escolar os professores devem estar preparados para lidar com a diversidade, inclusive e especialmente com a diversidade do alunado com necessidades educacionais especiais, que durante seu processo de escolarização pode apresentar algumas peculiaridades. A diversidade não pode ser utilizada como justificativa para a exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais do processo de escolarização.

Os cursos de formação de professores também devem discutir a importância do trabalho interdisciplinar e multidisciplinar com outras áreas de conhecimento, principalmente com a área da Educação Especial, que é uma área que muito produziu e produz conhecimentos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais.

Além disso, o trabalho em parceria entre professor da classe comum e o profissional da Educação Especial poderão auxiliar os docentes a elaborarem seus métodos de diferenciação de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais:

(...) para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente (DENARI, 2006, p.36).

Nessa configuração, os conteúdos parecem apontar para a falta de temas pragmáticos no processo de ensino e aprendizagem; a ausência da articulação entre educação especial, rede de apoio e o ensino comum, e a carência das dimensões da perspectiva inclusiva'. São visíveis no currículo as falhas de conteúdo relacionadas aos serviços de apoio inseridos na escola, à integração com a família, ao papel dos gestores, à gestão da sala de aula, etc. Quanto à metodologia, vários estudos afirmam que os processos de análise e reflexão da própria ação são um importante

instrumento para a transformação da prática do professor. Há necessidade de informações, nos cursos iniciais, serem atualizadas e inter-relacionadas com o dia a dia escolar.

Pesquisas apontam que as lacunas presentes nos cursos de formação podem deixar a prática dos professores desconectada da realidade dos alunos. Vale destacar que a metodologia dos programas de atualização deve considerar a prática, as experiências e o saber fazer do professor. Ou seja: é preciso considerá-lo protagonista no contexto em que atua. Uma boa alternativa para a atualização profissional é a implementação de espaços para discussão, compreendendo-se que se faz necessário que haja não só a valorização, mas a observação, análise e a reflexão crítica sobre a própria prática, com a participação de toda a equipe na própria unidade escolar.

Deste modo, cabe aos profissionais da educação inclusiva e dos serviços de apoio podem complementar essa formação, participando de reuniões ou proferindo encontros e cursos na própria unidade. Os gestores poderão exercer o papel de mediadores, ao articular o conhecimento dos profissionais da educação inclusiva com as necessidades e experiências dos professores da sala regular. Professores que têm a oportunidade de participar de cursos, também podem atuar como multiplicadores de conhecimento para a equipe.

Quando o conceito de inclusão escolar é efetivamente compreendido, dificuldades vivenciadas na prática são solucionadas. Muitas vezes, valores preconcebidos pelas pessoas, informações incorretas, até mesmo a falta de informação e de conhecimento constituem os maiores obstáculos à prática inclusiva.

Segundo David Rodrigues (2005, p. 45), este destaca no artigo "Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade", que: "A Educação Inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o de aluno padrão e estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução. É, assim, muito ambiciosa, tanto quanto como objetiva. Os professores, apesar de serem muitas vezes apontados como? os bodes expiatórios? da inclusão, são a esperança dela. Eles são parte das suas? boas? notícias".

Há de se reconhecer que o educador transpôs barreiras significativas no processo de transformação que a escola vivencia nestes últimos dez anos. O professor não pode mais ser

responsabilizado pelo discurso da resistência ou da negação. A educação inclusiva já é realidade no ensino regular (fala-se aqui como ensino regular, aquele no qual é ministrado em todo território nacional brasileiro) e isso se deve aos esforços dos educadores, que para tanto está na sua formação. Diante do exposto, apresentamos no presente estudo uma contribuição para o desenvolvimento didático-pedagógico de formação do professor no processo de inclusão: (ver quadro abaixo)

Quadro 2 - Formação continuada do professor no processo de inclusão escolar

1. Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos
2. Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania
3. Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender; bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência
4. Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e/ou exceções.

Fonte: Elaboração da autora

Para Mantoan (2011), a proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialistas e terapêutica que foi criada e transmitida ao longo dos anos nos discursos e nas políticas públicas que se implementaram nas últimas décadas de forma ineficiente.

Nesse mesmo sentido, a autora Magalhães apregoa que, mais do que designar para a educação especial aspectos clínicos, “[...] devemos considerar a educação especial como prática social historicamente produzida, e não simplesmente como uma especialização para alguns profissionais das áreas de educação e saúde” (MAGALHÃES, 2011, p. 14).

A proposta da educação inclusiva aberta às diferenças deve atender à todos com as barreiras que impedem os alunos com deficiência de terem todas as suas necessidades satisfeitas podem ser rompidas, mas esse papel não é somente do professor. A inclusão requer mudanças, na qual a escola precisa e deve criar condições de acessibilidade a estes educandos. É dever da escola, oferecer

educação de qualidade para todos, a começar pela formação inicial e continuada de professores qualificados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Pelo que exige a literatura, e em que pese serem os especialistas unânimes, os cursos de formação contínua sobre inclusão escolar devem ser priorizados aos professores. Pois, o AEE vem se implantando de forma efetiva, mas ainda são muitos os desafios para a implementação das políticas de formação dos professores para a educação inclusiva, desafios esses que perpassam a política de formação e adequações dos métodos e técnicas de ensino às reais necessidades dos educandos deficientes.

4 REFLETINDO SOBRE O CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola da APAE, localizada na Rua Penetração, número 5, Parque Dez de Novembro – Manaus/AM. Com base nos dados das entrevistas as professoras nos indicam que a escola se fundamenta na teoria sócio-construtivista. As atividades desenvolvidas na sala com as crianças portadoras de necessidades especiais são feitas através de uma mediação onde o professor auxilia de forma mais próxima e comunica as necessidades aos pais. Como declara numa das falas da professora entrevistada: *Eu só vou mais próximo a ela pra que ela possa sentir segurança de que estar sendo acompanhada durante o desenvolvimento de suas atividades*, afirma a professora Josie, especialista em Educação Especial e Inclusiva.

A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento das crianças, e segundo a professora a participação dos pais na escola tem sido parcial, pois alguns participam outros não. Como afirma a fala da professora: *A gente sente a diferença entre a criança que tem um acompanhamento familiar, que a família aceita a deficiência da criança, que a família está junto, e aquela que não tem*. Dessa forma, vimos que a inclusão não se resolve apenas inserindo as crianças nos contextos educacionais, vai mais além, exige empenho e compromisso de todos os envolvidos nos cuidados com essa criança. A professora Elisângela relatou na entrevista duas situações distintas: *uma em que a criança com necessidade especial recebe todo cuidado e atenção da escola, da família que busca auxílio terapêutico, psicológicos, fonoaudiólogos e que resulta em avanços no desenvolvimento e aprendizagem, enquanto os pais da outra criança muitas vezes nem aparece na escola, muito menos a leva para ser acompanhada por especialista, o que torna o seu avanço muito lento*.

A professora relata: “... *eles não fazem diferenciação de nada e interagem muito bem, porque o cadeirante mesmo, os meninos levam a cadeira dele na brincadeira, é uma coisa maravilhosa, eles participam das apresentações, Mara que tem deficiência mental adora gesticular, cantar, dançar...*”. Portanto, fica evidente que independente da necessidade especial às crianças interage normalmente.

Assim, percebe-se que a professora entrevistada compreende bem o seu papel como professora no contexto da inclusão, cujo parâmetro maior é *fazer a interação da criança especial com o resto da turma e observamos que de fato não existe rejeição para com as crianças especiais, que recebem a mesma atenção... de brincam juntos, conversam e interagem entre si*, afirma.

Através da observação foi constatada a preocupação da escola em manter um espaço físico propício para atender integralmente as normas, garantindo a acessibilidade de todas as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais mesmo se tratando de uma escola de ensino regular. Vemos que é importante a relação **PAIS X ESTIMULAÇÃO**, para o progresso da criança e entre **ESCOLA X PROFESSOR X SOCIEDADE**. Aqui o importante da questão central é criar na criança certos valores de cidadania (educativo, moral e social), por ser a chave para que resulte no processo de **INCLUSÃO E IGUALDADE SOCIAL** da criança.

Além, das necessidades essenciais existem as compartilhadas de interação entre ESCOLA X Professor X Família quanto às demais relacionadas no quadro abaixo e que se segue:

Quadro – 3 Medidas de inclusão resultantes do AEE

Comprometimento com ensino-aprendizagem (educação)
Monitorização compartilhada, p. ex., jogos (saúde)
Acompanhamento comportamental (virtudes morais)
Ambiente familiar estável e de segurança (social)
Práticas vocacionais na escola (psicológico)

Fonte: Elaboração da autora a partir das entrevistas e de conformidade com a REVISTA Pátio Educação Infantil. **A diversidade como desafio**, nº 9, Novembro 2005/ Fevereiro 2006, Editora Artmed.

Para atender as crianças com necessidades especiais é preciso o apoio de especialistas, professores, familiares e todos os envolvidos, mas essa questão ficou a desejar nessa escola observada, onde a professora demonstrou isso na seguinte fala: *“apesar da prefeitura ter dado alguns cursos para os professores, não tem como a gente utilizar nada do que a gente sabe com ela, pois nem a linguagem dos sinais ela não sabe, ela só se comunica da forma não-verbal”*. Isso mostra que os cursos oferecidos pela prefeitura não é suficiente para auxiliar a criança com deficiência auditiva, seria necessário que a escola providenciasse um instrutor para as crianças que não conhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Foi mencionada na entrevista, com bastante ênfase, a preocupação das professoras em querer apreender libras para ensinar a sua aluna portadora de deficiência auditiva, como afirma a seguinte fala: *“inclusive eu estou aprendendo libras para vê se eu consigo ensinar Paty e tirar ela daquele mundo só de conversas traduzidas em mímicas, mais informais...”*. Percebemos a importância da relação interpessoal no desenvolvimento da criança, dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, pois a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos, e ficou explícito na observação que todas as crianças se comunicam de forma gestual, corporal, facial e se entendem entre si.

Percebemos a falta de estrutura e apoio da família com algumas crianças, como afirma a seguinte fala da professora *“A família da criança que tem o problema auditivo não está nem aí pra ela, vai e volta com o irmão sozinho, a mãe totalmente desestruturada, já tem outros filhos, uma vida sexual muito irregular”* Isso demonstra o quanto à participação da família é fundamental no processo de desenvolvimento da criança no contexto escolar. E a professora afirma um desinteresse de alguns pais em ajudar os seus filhos, como afirma mais adiante: *“quando a gente consegue que a mãe vá à escola, porque ela nunca vai, a gente chama e conversa. Venha pra sala pra ficar um dia comigo, pra gente poder ajudar Eduarda e Manoel, mas ela se recusa e não vai mesmo; os „meninos” chegam tarde e saem tarde, porque ela não tem esse cuidado com eles*. Entendemos que a professora auxilia e esclarece aos pais quanto às necessidades dos seus filhos, mas não encontra apoio dos mesmos, dificultando assim o seu trabalho. A professora demonstra prazer no seu trabalho, e fica satisfeita quando percebe avanços no desenvolvimento das crianças, mas relata que em determinados momentos se sente impotente quando não vê avanços em determinados alunos.

Enfim, como gostar de ensinar e, que educar é um ato de amor, como afirma a fala de uma das professoras que existem dois fatores primordiais na educação inclusiva: *é você conhecer a criança, o que ela gosta e como ela é... como ela aprende e, amá-la. Eu acho que não tem outra forma, o amor passa por tudo isso*”, finaliza a professora. Nesse sentido, fica evidente que o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades das crianças no convívio escolar.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular. É preciso fazer algo para que a inclusão realmente aconteça. É necessário identificar o problema, fornecer soluções, e o mais importante é o comprometimento dos educadores em fazer a diferença e realmente fazer a inclusão, usando de recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade. Devem dar prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na Escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se processar a aprendizagem.

Vemos que tudo isto é importante. Bem como, e mais ainda, porque estamos vivendo um novo momento de ajustes nas necessidades dos profissionais da educação às necessidades dos alunos. Para isso, faz-se necessário que se direcione agora esforços na atuação dos gestores, no aproveitamento dos recursos; na reorganização dos sistemas de ensino para que seja possível guiar o professor, como propulsor da educação; apoiá-lo a não esperar esquemas pré-definidos; acompanhá-lo na construção dos saberes para que possa, com autonomia, efetivar a sala de aula inclusiva e tornar-se sujeito da aprendizagem e de sua atuação profissional.

Concluimos deste modo que o processo de inclusão ocorre a partir da condição que se dá ao aluno e à turma onde está incluso, a partir de condições de estrutura física, suportes de serviços psicopedagógicos, serviços técnico-pedagógicos e administrativos, programações comemorativas, culturais, desportivas, etc., que interagem e dão sustentação ao processo que se desencadeia na sala de aula e tem como atores os alunos e professor. Essas ações são fundamentais para a construção de uma educação que atenda às necessidades, às possibilidades e ao interesse do conjunto da

população escolar brasileira. Para isso, todavia, precisa de profissionais da educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista didático-pedagógico, mas também profissionais que não sejam desvinculados dos processos e condicionamentos político-sociais.

É importante frisar que um ambiente amoroso e estimulante, intervenções e esforços integrados de educação irão sempre influenciar positivamente o desenvolvimento dos alunos. Afinal, as diferenças não podem ser obstáculos nas nossas relações sociais e temos que saber respeitá-las. Mas também, não podemos deixar de reconhecer a sua existência. Entendemos que a escola inclusiva é benéfica não somente para aquelas crianças que têm necessidades educacionais especiais, mas, sim para todas as crianças. Visto que na medida em que a escola proporciona a todos seus alunos à oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças, estará preparando os alunos para a vida em sociedade.

Pelos apontamentos encontrados, percebemos que se faz necessária a inclusão do Estado, também. Isto se justifica pelo fato de que acreditamos, pela carência da criança de vivenciar um agradável bem-estar, bem como os pertinentes aos seus interesses e aptidões que precisam ser valorizados, que tais: segurança, suprimento alimentar, material didático-pedagógico e ambiente escolar saudável, incentivo de iniciação à pesquisa, esportes, artes (música, dança...) e ciências.

A pesquisa realizada sobre “A educação inclusiva de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente”, foi uma experiência enriquecedora e respaldada nos instrumentos de entrevista e observação. Registramos que as atitudes das professoras confirmam o que elas falam, pois, as mesmas oportunizam a interação das crianças de uma forma integrada e natural, e essa postura que a educadora tem é a ideal nesse contexto de inclusão, pois demonstraram serem profissionais comprometidas e envolvidas nesse trabalho com tantas diversidades, o qual não é uma tarefa muito simples. **Mas como a inclusão é um processo cheio de improvisos, sem fórmulas prontas e exige aperfeiçoamento constante.** Portanto, elas também demonstram nas entrevistas que esse trabalho, também pode causar “fraqueza” diante da dificuldade em ajudar o aluno a avançar, mas que sentem alegria quando conseguem. (grifo nosso).

Quanto à escola foi constatado na observação que a mesma não se preocupa apenas em admitir a matrícula desses meninos e meninas para cumprir a lei, mas, sim realizando atividades dinâmicas como: música, teatro, apresentações, danças em um espaço apropriado, além de uma estrutura física adaptada com rampas de acesso, instalação de barras de apoio e alargamento das portas oferecendo o acesso adequado aos deficientes físicos (cadeirantes). No entanto, ficou

evidente que essa escola tida como referencia para o próprio Estado, precisa melhorar em algumas questões, hoje consideradas críticas, que são os serviços de apoio de acordo com as necessidades de cada estudante, ou melhor, de orientações e suporte das associações de assistência mais efetiva de médicos, fonoaudiólogos, professor de libras, enfim, profissionais de apoio, ligados à saúde.

Afinal, na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte a escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção desse aluno especial. E para isso acontecer é preciso despertar a consciência e a dedicação de todos os envolvidos nessa questão, sem preconceitos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais para que a escola se torne aberta às diferenças e revele competência para trabalhar com todos os educandos, indistintamente. O caminho para essa mudança conceitual terá que ser construída a partir do trabalho colaborativo do professor do ensino comum com o professor especializado, além de equipes multiprofissionais que atuariam, preferencialmente, dentro da escola e da classe comum (MENDES, 2004, p.227).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ligia Assumpção; AQUINO, Julio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na escola**: alternativas teóricas e praticas. São Paulo: Summus,1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto 7.611/2011**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto 6.571//2008**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9394/96. 5. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- DENARI, F. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial**: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p.35-36, 2006.
- FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva**: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 229 f.
- MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (Org.). **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Líber, 2011.
- MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.
- _____. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- REVISTA **Pátio Educação Infantil**. **A diversidade como desafio**, nº 9, Novembro 2005/ Fevereiro 2006, Editora Artmed.
- REVISTA **Nova Escola**, São Paulo: Abril, v. 20, n.182, p.24-26, maio. 2005.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.